

CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto
Santa Maria – Açores

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA, DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS, REALIZADA A DEZANOVE DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS

--- Aos dezanove dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, pelas nove horas e quinze minutos, reuniu o Conselho de Iha de Santa Maria, na sala polivalente D. Carlos Filipe Ximenes Belo, na biblioteca municipal e arquivo do município de Vila do Porto, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

--- Ponto um – Elaboração do documento com proposta urgentes inadiáveis a enviar ao governo regional dos Açores para inclusão no plano regional anual de dois mil e vinte e quatro. -----

--- Deu-se início à reunião com a chamada, confirmando-se a presença dos conselheiros/as Maria Dulce de Oliveira Resendes, João Manuel de Andrade Fontes, António Isidro Braga Sousa, José Arsénio Sousa Chaves, Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves, José de Andrade Melo, Carlos Henrique Lopes Rodrigues, Carla Maria de Melo Sousa Costa Carreiro, Duarte Manuel Braga Moreira, Aníbal Cabral Moura, Jorge Alberto Cabral Botelho, António Manuel de Sousa Braga e a deputada Elisa Lima Sousa. Não estiveram presentes à reunião os/as conselheiros/as Rosa Filomena Cabral de Melo, Jorge Luís da Costa Pessoa Pereira da Costa, António Jorge Cabral Monteiro, Eduardo Manuel Pereira Cambraia, Hélder Jorge Leandres Cabral, Maurício Manuel Vieira Travassos, José Resendes Santos e os/as deputado/as João Vasco Costa e Joana Pombo Sousa Tavares, cujas ausências estão devidamente justificadas. -----

--- Antes de entrar no período da ordem do dia foi aberto um momento de inscrições para a intervenção do público presente no qual se inscreveu o senhor Rui Rodrigues, da Associação Comercial e Industrial de Santa Maria, que ao tomar a palavra opinou que iria elencar alguns assuntos que, no seu entender, deveria ser incorporados no memorando a enviar ao governo regional, para resolução imediata, a saber: o elevado custo das tarifas da rotas aéreas do continente para os Açores são um fator inibidos para

CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto
Santa Maria – Açores

o turismo; nunca são cumpridos os horários dos operadores dos transportes marítimos de mercadorias; é essencial para a economia da ilha que o embarque e desembarque dos turistas das empresas marítimo-turísticas, tem que ser feito em Santa Maria, pois tal é essencial para a economia da ilha; tem de haver uma melhoria da sinalização e segurança na rede viária bem como uma intervenção profunda nos pisos das estradas pois o estado de degradação das vias é muito acentuado e o excessivo de zelo na atuação dos agentes da Guarda Nacional Republicana não facilita a tarefa dos empresário a deslocarem as suas mercadorias. -----

--- Não se registando mais intervenções passou-se ao período da ordem do dia com a leitura do edital pelo primeiro secretário, José Arsénio Chaves e de seguida a presidente da mesa informou os presentes que os trabalhos da reunião teriam por base o documento que já tinha sido enviado aos conselheiros, relativo às propostas apresentadas ao governo regional no ano transato para serem incluídas no orçamento regional para o ano que decorre e, como tal, sugeriu que iriam ser lidas e analisadas cada uma das propostas aí elencadas e ponto por ponto o conselho de ilha decidiria quais a retirar, por se entender já estarem resolvidas, quais a manter por se entender que não houve qualquer evolução e quais a acrescentar na redação de novo documento a enviar. Destacou ainda a intervenção do senhor Rui Rodrigues e disse que as suas preocupações iriam constar na redação final do referido documento. -----

--- Relativamente ao assunto do projeto aeroespacial para Santa Maria foi decidido manter a redação existente no documento. No item de Solidariedade Social a presidente do conselho informou que existe a intenção do governo regional de investir nos edifícios da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto, pois estão alocados cerca de um milhão e oitocentos mil euros para o novo espaço de utentes com portadores de deficiência, mas o problema é que o projeto da ampliação do lar de idosos já está aprovado pela autarquia, com um valor orçamentado em cerca de um milhão de euros e não avança para o concurso público por falta de financiamento e que apesar dos investimentos no novo ATL existem atualmente dezanove crianças sem sala.-----

--- O conselheiro Carlos Rodrigues solicitou uma intervenção para questionar o que se passa com o salão de convívio do lar de idosos que está há algum tempo interdito aos

CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto
Santa Maria – Açores

utentes, ao que lhe foi respondido que existiam problemas com o teto da referida sala. A presidente do conselho de ilha Dulce Resendes acrescentou que o edifício da Creche está no limite das suas capacidades e já houve necessidade de remover equipamentos para a disponibilização de espaços para colocar mais camas, por isso foi decidido alertar o governo regional para a necessidade da efetiva execução de investimentos na área social.-----

--- Na análise do ponto requalificação do parque habitacional do Aeroporto a conselheira Bárbara Chaves solicitou uma intervenção para clarificar que existem duas operações de loteamento a decorrer às quais a autarquia já deu o respetivo parecer, mas o importante é dar início à execução dos sete milhões de euros que estão adstritos para os bairros do Aeroporto para não se correr o risco de perder essa verba. Como não se verificou qualquer avanço nessa requalificação foi decidido manter a redação existente no documento.-----

--- As obras de requalificação das obras na Escola Bento Rodrigues, particularmente o corredor de ligação para o bloco E e a vedação da escola, a situação da antiga torre de controle do Aeroporto e aquisição do equipamento cénico e de som para o Cinema do Aeroporto foram alvos de deliberação análoga à requalificação do parque habitacional do Aeroporto.-----

--- No item Saúde e desporto foi decidido propor a saúde aquisição de um aparelho TAC para Unidade de Vila do Porto e a remodelação do espaço de urgências.-----

--- No parâmetro agricultura e desenvolvimento rural, pediu para intervir o conselheiro Duarte Moreira para informar que a associação agrícola apresentou um projeto para a reabilitação da sala de desmancha ao abrigo de um aviso no âmbito do PRR, mas a obra só será efetuada pela associação se a candidatura for aprovada e como tal apresenta a proposta de retirar da redação o assunto da sala de desmancha bem a contratação de médico veterinário. No entanto ressaltou que deve ser reiterado a questão do reforço do armazenamento e disponibilidade de água para a agricultura na zona baixa da ilha e a requalificação das vias rurais, particularmente o caminho da Lapa de Baixo, proposta esta que mereceu a anuência dos presentes.-----

CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto
Santa Maria – Açores

Alezeira


--- Passando-se de seguida à análise do assunto Mar e Pescas, proteção da orla costeira da Praia Formosa e caminho da Laracha e intervenção na orla costeira da Maia, onde o conselheiro Jorge Botelho pediu para intervir para alertar sobre a situação problemática do que se está a passar atualmente com as áreas marítimas protegidas de Santa Maria, pois urge reaver a portaria que regulamente a operação nessas áreas, salvaguardando o futuro da exploração das mesmas e deixou o repto da defesa da causa das áreas marinhas pois elas são muito importantes para o desenvolvimento económico da ilha, salientando que atualmente existe uma sobrecarga de barcos nas referidas áreas consequência da atribuição exagerada de licenças para o efeito de barcos que não operam a partir de Santa Maria, por isso propõe que devem ser definidos limites na emissão de licenças para cada um dos quatro locais e as regras deveriam exigir que o embarque e o desembarque de turistas para visitar essas áreas deveria ser a partir de Santa Maria, proposta essa que mereceu a concordância de todos. -----

--- No assunto da proteção da orla costeira a conselheira Bárbara Chaves alertou para a urgência de execução das obras para evitar a impossibilidade de acesso à Maia e Praia Formosa; o conselheiro Carlos Rodrigues reforçou que o alerta da proteção das orlas costeiras deve estar sempre presente nos memorandos, particularmente a Maia e a Praia Formosa; o conselheiro António Isidro Sousa referiu que deveria ser também reiterado a proteção da orla costeira de toda a baía da Maia; a deputada Elisa Sousa corroborou com as anteriores afirmações mas defendeu que deva ser mencionado uma intervenção mais profunda em toda a baía da Praia da Formosa e não em locais pontuais e o conselheiro Jorge Botelho afirmou que o que se fizer que faça bem feito e que garanta segurança no futuro. Foi deliberado incluir na redação final do documento todas essas preocupações.-----

--- No ponto ambiente e alterações climáticas, a situação da remoção da manta morta do barreiro da faneca solicitou uma intervenção o conselheiro José de Melo para alterar que estamos a perder um ícone paisagístico da nossa ilha pelo desprezo que se verifica numa paisagem emblemática e defendeu que tem de existir a remoção da matéria orgânica e alertou que plano gestão do parque natural da ilha tarda a ficar concluído. Foi decidido manter a redação do documento.-----

Alexandre
HS

CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto
Santa Maria – Açores

--- No ponto transportes solicitou uma intervenção o conselheiro José Arsénio Chaves para lembrar que tinha sido proposto ao governo que os voos extraordinários na altura dos eventos fossem disponibilizados por escala para que as pessoas tivessem a oportunidade de agendar as suas reservas com a devida antecedência. Também solicitaram para intervir o conselheiro Duarte Moreira para aludir que tem que haver alterações significativas a nível de transportes pois a ilha não pode continuar com a dificuldade da saída dos produtos perecíveis e que acha muito estranho que nenhuma entidade mariense que faz a expedição de produtos perecíveis fosse auscultada no âmbito do estudo que o governo regional prometeu que iria efetuar relativamente aos transportes marítimos e o conselheiro António Isidro Sousa para sugerir que deveria de haver, durante a época balnear, transporte público para Maia e S. Lourenço nos mesmos moldes que existem para Anjos e Praia Formosa. Ao nível de transportes terrestres foi salientado ainda a necessidade imperiosa de que no próximo ano tem que se verificar um investimento na recuperação da rede viária com especial atenção para a estrada do farol e estrada da Birmânia. Foi deliberado manter a redação relativa aos transportes marítimos e acrescentar as outras sugestões apresentadas pelos conselheiros. -----

--- Foi ainda deliberado o aumento do cais acostável e dragagem do porto para melhor a sua operacionalidade por forma a que navios com maior calado aí possam operar (sete metros de calado) e a construção de novas Instalações sanitárias na marina pois as existentes não correspondem ao fluxo de utentes. -----

--- Após as intervenções dos/as conselheiros/as sobre os diversos assuntos elencados, foi elaborada a redação final do documento que aponta sugestões e reivindicações para a resolução das necessidades prementes e inadiáveis a serem concretizadas pelo governo regional no próximo ano económico. Após a leitura do documento a ser enviado ao governo regional, e que ficará apenso a esta ata, o mesmo foi sujeito à votação sendo aprovado por unanimidade. -----

--- E não havendo mais nada a tratar deu-se por encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata que será assinada em conformidade. -----

Maria Julia de Oliveira Resende
Antonio Isidro Braga Sousa
José Arsénio Sousa Chaves